

VIVÊNCIAS E APRENDIZADOS COM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE NA UBS AREAL LESTE, PELOTAS/RS.

ISADORA GOTTINARI KOHN¹; LUÍSA PEGORARO EINHARDT²; LARA MEIATO TAVARES³; ALINE KOHLER GEPPERT⁴; GABRIEL DEL SAVIO GUAZZELLI⁵

KELEN DE MORAES CERQUEIRA⁶:

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPeI) – isadoragottinarik@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas (UFPeI) – luisa.einhardt@ufpel.edu.br

³Universidade Federal de Pelotas – larameiato01@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas (UFPeI) – aline.geppert@hotmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas (UFPeI) – gabrieldelsavio@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas (UFPeI) – kelen.cerqueira@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), também denominadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de Medicina Tradicional e Complementar/Alternativa (MT/MCA), caracterizam-se por um conjunto de práticas de atenção à saúde baseadas em teorias e experiências de diferentes culturas. Essas práticas têm como objetivo a prevenção de agravos à saúde, a promoção e a recuperação da saúde, valorizando a escuta acolhedora, a construção de laços terapêuticos e a conexão entre ser humano, meio ambiente e sociedade, de forma a considerar o ser integral, isto é, em todas as suas dimensões (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2020).

Nesse sentido, o Ministério da Saúde (MS), com respaldo da OMS, aprovou, por meio da portaria nº 971 de 03 de maio de 2006, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), implementada no Sistema Único de Saúde (SUS) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006). A partir de então, estimulou-se, por meio de parcerias entre o Ministério da Saúde e as Universidades Federais, o ensino das PICS para profissionais e acadêmicos da área da saúde. Nesse contexto, surgiu o Programa de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PPICS) da Universidade Federal de Pelotas, UFPeI, com o intuito de unir os diversos profissionais que atuam na área e demais interessados para a troca de conhecimentos, experiências e serviços relacionados às PICS.

No âmbito do Programa realizou-se, nos dias 2 a 4 de maio de 2024, o 1º Congresso do Programa de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (CPPICS). Resultado de uma sequência de esforços desde 25 de maio de 2022, quando o Programa iniciou.

Foi um marco, a publicação do Decreto Municipal nº 6915 de 28 de agosto de 2024 que institucionaliza a Política Municipal de Práticas Integrativas e Complementares de Pelotas (PMPICPel), no âmbito do SUS (PREFEITURA DE PELOTAS, 2024). Um protagonismo da Secretaria Municipal de Saúde com a participação e apoio dos integrantes do PPICS na construção da proposta, assim como a gestão municipal, universidades e colaboradores da rede municipal de saúde.

Dessa maneira, o presente relato tem como objetivo expressar a influência do PPICS e de suas atividades na formação acadêmica em Medicina, Enfermagem e em Psicologia.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

Em grande maioria, as atividades do Programa acontecem na Unidade Básica de Saúde Areal Leste. Esta UBS, vista por muitos como referência no cuidado humanizado, possui um modelo de funcionamento integrado e harmonioso. Os encontros acontecem em um ambiente extremamente acolhedor, que por ser repleto de elementos naturais promovem instantaneamente a sensação de paz e relaxamento em quem chega.

Neste local, ocorrem semanalmente, encontros com a comunidade, onde se promove de forma descontraída, ações de promoção e prevenção em saúde. Através de oficinas teóricas e práticas ministradas por estudantes e supervisionadas por profissionais experientes, são discutidas diversas temáticas como o objetivo de educar a comunidade e ampliar os horizontes do cuidado em saúde coletiva.

Além disso, a UBS, visando promover o bem-estar geral, oferece tanto para a comunidade, quanto para os participantes do projeto, uma gama de práticas complementares ao tratamento convencional. Dentre elas destaca-se: Auriculoterapia, Yoga, Meditação, Reiki, Fitoterapia, Barra de Access, exercícios de respiração e o Círculo da Paz. Com isso, os pacientes têm acesso a uma variedade de opções terapêuticas, permitindo que escolham aquelas que mais se adequam às suas necessidades e preferências.

Ademais, cabe aqui destacar a interdisciplinaridade do projeto, onde estudantes, profissionais e a comunidade são copartícipes e responsáveis por construir em conjunto um planejamento terapêutico, considerando os contornos específicos de cada paciente. Nela, a troca de saberes através da multidisciplinaridade da saúde pública proporciona uma visão mais abrangente do paciente, onde uma equipe composta por profissionais de diferentes áreas contribui para um ambiente de aprendizado colaborativo.

Nessa mesma lógica, foram realizados encontros na Unidade marcados por discussões e capacitações teórico-práticas em que foram abordados a multidisciplinaridade na saúde pública, um dos princípios das PICS. Como exemplo, a atuação da Meteorologia e da Agronomia na promoção de um ambiente sustentável e sadio. Novamente, destaca-se os benefícios de vivenciar tais práticas para obter seus benefícios, propiciando um ambiente tranquilo e favorável ao aprendizado, além de comprovar sua eficácia no cuidado e promoção da saúde.

Entre as atividades realizadas pelo PPIC, destaca-se o congresso CPPIC, realizado em maio de 2024, no qual todas as co-autoras deste trabalho participaram ativamente e para a segunda edição do evento todas as autoras estão na comissão de organização. No 1º CPPIC, os temas debatidos foram: ações do governo federal e da OMS para a implementação das PICS, desafios e oportunidades para a implementação da Política Nacional de Plantas Medicinais, a ancestralidade e plantas medicinais no cuidado e promoção da saúde, a espiritualidade e a religião no processo do cuidado, além das pesquisas nas PICS. Ademais, foi oferecido aos participantes coffee breaks com Produtos Alimentícios Não Convencionais (PANCS) e serviços de auriculoterapia, Reiki, Terapia Comunitária Integrativa e Constelação Familiar. Logo, o congresso possibilitou tanto a aquisição de conhecimentos teóricos acerca do tema quanto a experiência dessas práticas.

Assim também, destaca-se que a participação das acadêmicas na construção do decreto estimulou uma pesquisa mais aprofundada acerca das diversas PICS e propiciou aprendizado sobre o funcionamento dos sistemas legislativo e de gestão pública em saúde. Esta participação se deu por meio de reuniões presenciais em que se discutiu o decreto, além de discussões em um grupo de whatsapp destinado a essa atividade.

Por fim, a participação das alunas no PPIC estimulou-as a buscar cursos de capacitação em PICS, tanto fornecidos pelo próprio programa quanto externos (por exemplo, dispostos no Ambiente Virtual de Aprendizagem do SUS - AVASUS).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento do Projeto até esta data já foi possível vivenciar a importância deste tema para a construção de um atendimento humanizado e integral. Nota-se o impacto positivo que as PICS têm sobre a saúde física e mental da população, inclusive dos próprios profissionais e acadêmicos, e a atuação do PPIC no âmbito de divulgação desses conhecimentos. A experiência no programa PPICS, a partir de seus variados projetos de extensão, permitiu uma ampliação dos horizontes do cuidado em rede. Além de contribuir para aproximar o conhecimento técnico e teórico visto na Universidade dos desafios do dia a dia na comunidade.

Nota-se que o diálogo entre diferentes abordagens de saúde pode levar a um sistema mais inclusivo e eficaz. Destaca-se que a participação das estudantes neste programa lhes trouxe inúmeros benefícios, dentre eles: a valorização de uma abordagem integrativa à saúde, considerando o paciente como um todo, em seu contexto biopsicossocial; o reconhecimento dos diferentes aspectos culturais da população brasileira e suas influências sobre o modo em que se dá o cuidado; a capacitação para a aplicação de algumas PICS em futuros atendimentos; a promoção do autocuidado como ferramenta para a manutenção da própria saúde e para a estimulação da participação ativa dos pacientes em seu tratamento; a importância de desenvolver e implementar estratégias de promoção da saúde e prevenção de doenças, trabalhando em conjunto em campanhas de conscientização e educação comunitária, que são essenciais para a melhoria da saúde pública.

Cabe destacar também aqui alguns entraves encontrados que dificultam a implementação das PICS na Atenção Primária. Percebeu-se que uma das grandes lacunas é a falta de informação sobre as práticas terapêuticas complementares. Observou-se que a desinformação acaba atrapalhando a potencialidade terapêutica das PICS, acabando por afastar profissionais de se capacitarem e possíveis pacientes a beneficiarem-se com as terapias. Além disso, percebe-se a resistência de profissionais pautados no modelo biomédico tradicional e muitas vezes dominante em aceitar a coexistência das práticas complementares no cuidado em saúde. Contudo nota-se cada vez mais necessário a disseminação da educação em PICS, tanto para profissionais da saúde como para a população em geral. Destacando as evidências científicas e práticas seguras. Além disso, faz-se necessário também desenvolver políticas e regulamentações que legitimem e integrem as PICS ao sistema de saúde, garantindo qualidade e segurança e assim também superar os estigmas e pré julgamentos existentes.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Organização Pan-Americana de Saúde. Medicinas tradicionais, complementares e integrativas. *In*: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Organização Pan-Americana de Saúde. **Organização Pan-Americana de Saúde**. [S. l.], 2020?. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/medicinas-tradicionais-complementares-e-integrativas>. Acesso em: 14 set. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006**. PORTARIA Nº 971, DE 03 DE MAIO DE 2006 Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. [S. l.], 3 maio 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html. Acesso em: 14 set. 2024.

PREFEITURA DE PELOTAS. **Decreto nº 6915, de 28 de agosto de 2024**. DECRETO Nº 6.915, DE 28 DE AGOSTO DE 2024. Estabelece normas gerais para a inserção da Política Municipal de Práticas Integrativas e Complementares de Pelotas - PMPICPel, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. [S. l.], 28 ago. 2024. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/decreto/2024/692/6915/decreto-n-6915-2024-estabelece-normas-gerais-para-a-insercao-da-politica-municipal-de-praticas-integrativas-e-complementares-de-pelotas-pmpicpel-no-ambito-do-sistema-unico-de-saude-sus>. Acesso em: 14 set. 2024.